



DEBATES EM EDUCAÇÃO

Programa de
Pós-graduação
em Educação (PPGE)



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS

ISSN Eletrônico 2175-6600

Vol. 10 | Nº. 21 | Maio/Ago. | 2018

Deise Juliana Francisco



Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

deisej@gmail.com

Edna Cristina do Prado



Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

wiledna@uol.com.br

Inalda Maria dos Santos



Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

inaldasantos@uol.com.br

EDITORIAL

v. 10, n. 21 (2018).

É com prazer que apresentamos a segunda edição da Revista Debates em Educação do ano de 2018, especificamente v. 10, n. 21 (2018). Ela é composta pelo Dossiê “Política e gestão da educação: questões contemporâneas”, organizado por Edna Cristina do Prado e Inalda Maria dos Santos. Na sequência, apresentamos os artigos de fluxo contínuo e resumos de dissertações.

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), através do Edital Nº 5/2016 - apoio à editoração e publicação de periódicos científicos.

DOI: 10.28998/2175-6600.2018v10n21pi-vi



DOSSIÊ TEMÁTICO “POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS”

A edição da revista científica **Debates em Educação**, do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL) no período de maio a agosto do corrente ano, versa sobre um dossiê temático intitulado **Política e gestão da educação: questões contemporâneas** em que professores e pesquisadores do Brasil e do exterior submeteram artigos científicos cujo foco atendia ao campo da política e gestão da educação considerando as diversas realidades investigadas.

O referido dossiê teve como objetivos problematizar a política e a gestão da educação, de modo a analisar suas relações e desdobramentos na prática educativa, com vista a compreender os processos e articulações que envolvem a materialização da política educacional e suas consequências para o âmbito da gestão e dos sistemas de educação e da escola/instituições na contemporaneidade, bem como também socializar as pesquisas do campo da política educacional e da gestão considerando a realidade nacional e internacional.

O primeiro artigo de autoria de Camila Castro Diniz e Lélia Cristina Silveira de Moraes tratou de refletir e discutir o escopo da formação continuada apresentada pelo Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (MEC), particularmente o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade a distância, no estado do Maranhão. Os resultados reafirmam a importância da formação continuada desses profissionais para a melhoria da qualidade da educação e apontam a necessidade de estudos futuros.

O segundo artigo de autoria de Rosilania Macedo da Silva objetivou analisar textos legais vigentes homologados no Brasil e em Portugal, que tratam da gestão escolar. Dentre os resultados da pesquisa, apontaram que os princípios organizativos homogêneos nos dois países são controlados pelo poder central e que a nomenclatura “diretor” ganha ênfase em detrimento do “gestor”, denotando que aquele cargo deve ser mais político e autônomo, como também, atribui-se mais autoridade a função.

O terceiro artigo de autoria de Talwana Oliveira Petrini, Felipe Augusto Roes Salgueiro e João Carlos Pereira de Moraes, buscou analisar como diretores escolares do município de Ourinhos/São Paulo compreendem a gestão democrática e a constituição de uma escola de qualidade. De um modo geral, chegou-se a constatação de que o gestor deve ter formação em alguma área correlata para uma melhor atuação bem como este

exerce um papel importante de intermediação junto ao poder público (sistemas de educação).

O quarto artigo de autoria de Emerson Pereira Branco, Alessandra Batista de Godoi Branco, Lilian Fávoro Alegrância Iwasse e Shalimar Calegari Zanatta teve por finalidade analisar o processo de implantação da BNCC para reorganização curricular da Educação Básica, a Reforma do Ensino Médio e sua relação com a Lei nº 13.415/2017. Em linhas gerais, chegou-se a seguinte conclusão que a reforma do Ensino Médio e a implantação da BNCC ignoram o posicionamento dos educadores, dos pesquisadores e profissionais de educação, dos sindicatos e das entidades representantes dos estudantes e, ainda que caracterizam -se como continuidades dos velhos mecanismos para defender os interesses do capital.

O quinto artigo de autoria de Givanildo da Silva e Welson Dias de Oliveira tratou de investigar os desafios dos gestores escolares (diretor e coordenador pedagógico) na escola estadual de tempo integral no município de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. Os principais resultados da pesquisa apontaram dentre outros aspectos de que, há um pequeno número de estudantes que não se adaptam a realidade da escola em tempo integral e acabam desistindo, e que são necessários maiores investimentos financeiros, por parte do Estado, para a concretização da escola em tempo integral, a qual possa cumprir todas as suas especificidades.

O sexto artigo de autoria de Adelino Francklin, analisou os efeitos do Programa Choque de Gestão (CG), entre 2003 e 2014, para o trabalho docente dos professores secundários da Rede Pública Estadual de Ensino de Minas Gerais (REE/MG). Dentre os aspectos identificados como resultantes da ação do Programa, destaca-se a meritocracia, performatividade, proletarianização, intensificação e precarização no trabalho docente na REE/MG.

O sétimo artigo intitulado “Mantendo papéis sociais e formando cidadãos: a Escola Normal Secundária Mãe de Deus de Londrina/PR, na década de 1950”, de autoria de Aline Venessa Locastre e Bernadete de Lourdes Streisky Strang teve como propósito contribuir para os estudos que elegem a Escola Normal como locus essencial na formação da professora primária e na propagação de uma determinada cultura escolar. O trabalho evidenciou, por meio dos programas de disciplinas e os planos de unidade de normalistas, perceber como a formação docente e a manutenção dos papéis sociais marcaram as escolas normais brasileiras.

O oitavo artigo de autoria de Benedito Maurício Sapane foi intitulado “Política de racionalização do livro didático na escola: mecanismos de aquisição, conservação e

devolução à escola”, aborda o livro didático na Escola Primária Completa-Guebo/Moçambique.

Para finalizar o dossiê, Cristovão Elsa Sefane analisa o impacto dos programas de alfabetização e educação de adultos em Moçambique. A partir de uma pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas e observação com o universo de 20 alfabetizandos e chegou-se à conclusão de que o programa de alfabetização de adultos possibilitou mudanças na vida social dos alfabetizandos, melhoria na comunicação e incremento no nível social dos mesmos.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DE FLUXO CONTÍNUO

Os artigos de fluxo contínuo trazem debates sobre aspectos educacionais, enfocando educação a distância, livro didático, interdisciplinaridade, representações sociais. A discussão dos artigos passa por pesquisas realizadas no Brasil, possibilitando o acesso a diversos referenciais teóricos.

O primeiro artigo, de autoria de Cristina Klipp de Oliveira, Carmelita Schulze e Eloísa Machado Seemann é intitulado “Ações para maximizar aprendizagens em matemática financeira nos cursos EaD” e parte da constatação sobre o baixo desempenho dos estudantes nesta área. O estudo apresenta e discute ações e estratégias utilizadas para incrementar a aprendizagem na área.

O segundo artigo, escrito por Fernando Silvio Cavalcante Pimentel e Mônica Rejane de França Lima foi intitulado “Evasão na EAD: o caso do curso de pós-graduação em EDHDI/UFAL” e apresenta discussão sobre evasão em educação a distância. O curso em pauta foi Especialização Educação em Direitos Humanos e Diversidade (EDHDI) na UFAL. A partir da fala dos alunos não concluintes do curso foram levantados fatores tais como: falta de tempo, deficiência quanto ao assessoramento realizado pelos tutores.

O terceiro artigo, proposto por Francisco Marcos Pereira Soares e Antonia Edna Brito, “Implicações da formação de professores na análise e uso do livro didático de alfabetização” objetiva discutir processos de formação de professores e utilização de livro didático no processo de alfabetização. Revela, no resultados, os usos e as funções atribuídos ao livro didático atribuídos pelos participantes da pesquisa, discutindo que não foi percebida análise crítica dos livros.

O terceiro artigo, escrito por Larissa Gabriela Gouveia dos Santos e intitulado “A exclusão escolar da mulher negra encarcerada no Brasil” analisou documentos oficiais e

produções acadêmicas, apontando o grau de fragilidade desta parcela da população. O estudo foi histórico, iniciando com análises no período do Império até a contemporaneidade.

O quarto artigo foi escrito por Alice Lemos Costa, Suziane Alves Barcellos e Loraine Rodrigues Jardim e intitulado “A potencialidade interdisciplinar entre áreas do conhecimento”. A partir da disciplina de Física foi analisada a questão da interdisciplinaridade, sendo identificados conteúdos interdisciplinares que permeiam o ensino fundamental até o médio.

O quinto artigo, escrito por Léia Adriana da Silva Santiago, Nayane Ribeiro da Silveira, Marco Antônio de Carvalho e Sangelita Miranda Franco Mariano, “O que os livros didáticos dizem sobre a temática indígena: o antes e o depois da Lei 11.645/2008”, analisa livros didáticos de História, com foco na questão indígena. Os autores chegam à conclusão de que é necessário aperfeiçoar a análise de vários materiais (políticas públicas, propostas curriculares, livros, guias didáticos, práticas e saberes dos professores na formação inicial e continuada) para possibilitar alterações significativas no ensino de História numa perspectiva de consciência histórica e cidadã.

O sexto artigo proposto por Alisson Slider do Nascimento de Paula, Rogério Paes de Oliveira, Saulo Testa e Frederico Jorge Ferreira Costa, com o título “Formação em Educação Física e a regulamentação da profissão: sistema CONFEF/CREFS e a divisão curricular”, é uma pesquisa bibliográfica, centrada no Conselho Federal de Educação Física e na formação profissional.

O sétimo artigo, escrito por Lucineide Ribas Leite Lima e Cristina D’Ávila aborda o “Estágio na Educação Infantil e saberes docentes: estudo relacionado ao saber ludo-sensível”. Trata-se de um recorte de pesquisa de Mestrado com base na etnopesquisa. Foram realizadas entrevistas com estagiárias, sendo constatado que o estágio foi efetivo na constituição de saberes docentes relevantes para a atuação na educação infantil e no saber ludo-sensível.

O oitavo artigo proposto por Luciene de Cassia de Santana, “Representações de leitura e saberes docentes: as salas de leitura em territórios vulneráveis” são analisados planos das Salas de Leitura da RMESP. Chegou-se ao resultado de que as representações presentes nos planos dialogam com o contexto de vulnerabilidade social, com a legislação e com bases epistemológicas, sendo combinações ou resistências.

O nono artigo escrito por Tânia do Carmo, Carlos Alberto de Oliveira Magalhães Júnior e Neide Maria Michellan Kiouranis foi intitulado “Representações sociais sobre “ser professor de química”: a formação inicial em foco”. O mesmo analisou as representações sociais de licenciando de Química, do primeiro e último ano do curso, sendo verificadas

diferenças quanto à simplicidade ou complexidade das mesmas no tema ser professor de Química.

O décimo artigo, de autoria de Marcos Rogério Kreutz e de Neli Galarce Machado, intitulado “Aprendizagens ativas: história regional e docentes da Educação Básica” aborda uma ação realizada com professores da Educação Básica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul sobre o povoamento pré e pós-contato com o europeu no referido território.

Para finalizar esta edição, apresentamos o resumo de tese de Camila Ferreira da Silva, “(Ciências da) educação no Brasil e em Portugal: autonomização dos espaços acadêmicos específicos” defendida em julho de 2017, na Universidade Nova de Lisboa, com fomento da agência europeia Erasmus Mundus.

Convidamos a todos e todas a fazerem uma leitura da revista.